

HOSPITAL DAS FORCAS ARMADAS

Estudo Técnico Preliminar 458/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 60550.021666/2025-63

2. Descrição da necessidade

JUSTIFICATIVA E OBJETIVO

A presente contratação tem por objetivo o controle de pragas urbanas e vetores a exemplo de roedores, baratas, moscas, traças, pulgas, percevejos, cupins, escorpiões formigas e larvas de mosquito nas áreas internas e externas adjacentes às edificações do HFA utilizando métodos eficazes, de acordo com as normas regulamentares vigentes, a fim de evitar a proliferação de infecções hospitalares;

RAZÃO DA NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO

A demanda do HFA por esses serviços ocorre em razão do hospital não possuir em seu quadro/estrutura, recursos humanos, materiais e equipamentos para execução dos serviços, objeto desta contratação; Deve-se levar em consideração que o serviço a ser contratado, será executado em ambiente hospitalar o que requer um padrão de excelência e necessidade premente na sua execução, tendo como objetivo principal a salvaguarda da integridade física dos pacientes, cujo diagnóstico e tratamento prescindem de ambiente hospitalar totalmente higienizado que garanta o desempenho das atividades de saúde e impeça a proliferação de infecções hospitalares; Neste sentido, em busca de promover a plena capacidade de funcionamento do hospital, é imprescindível contratar empresa especializada na prestação de serviços de controle de pragas referentes à desinsetização/desratização/descupinização, objetivando o controle da população de insetos e roedores em diversas áreas internas e externas, atendendo as normas e padrões de higiene ambiental definidos pela legislação federal, estadual e/ou municipal, regulada através de suas Secretarias de Saúde e Vigilância sanitária, bem como em cumprimento as RDC ANVISA 018 de 29/02/2000, RDC 052 de 22/10/2009 e RDC 020 de 05/2010 e suas atualizações; É necessário, inclusive, atender a RDC nº 326 de 09 de novembro de 2005 da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária, que em seu art 2º cuida do gerenciamento de produtos para controle de insetos, roedores e de outros animais incômodos e nocivos à saúde, sendo de natureza contínua e se caracterizando como despesa rotineira.

DA DEMANDA CONTRATADA X QUANTIDADE DO MATERIAL A SER FORNECIDO

Relação Demanda x Quantidade do material consumido:

Item	Especificações (Descritivo do Material)	Quantidade de Consumo 2024	Quantidade de Consumo 2025	Quantidade Demanda 2026
01	Serviço de desinsetização, desratização e descupinização	01 aplicação trimestral de 51.644,54 metros quadrados, totalizando 04 aplicações anuais, resultando em 206.578,16 metros quadrados anuais	01 aplicação trimestral de 51.644,54 metros quadrados, totalizando 04 aplicações anuais, resultando em 206.578,16 metros quadrados anuais	01 aplicação trimestral de 51.644,54 metros quadrados, totalizando 04 aplicações anuais, resultando em 206.578,16 metros quadrados anuais

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Gestora do contrato	Larissa Caroline Cordeiro de Andrade
Fiscal técnico	Maria Fernanda David Ceze
Fiscal administrativo	Mércia Tayane Pereira dos Santos

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

DA GARANTIA DO SERVIÇO

A garantia consiste na prestação pela empresa, de todas as obrigações previstas na Lei nº. 8.078, de 11/09/1990 – Código de Defesa do Consumidor - e alterações subsequentes. A empresa fornecedora deverá utilizar produtos saneantes autorizados e registrados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e dentro do prazo de validade. Os serviços devem ter prazo de garantia de 3 meses, ou seja, tendo o seu encerramento somente quando iniciado a execução do próximo ciclo de serviços.

DA VALIDADE DO SERVIÇO

Os produtos utilizados pela contratada deverão estar dentro do prazo de validade quando da execução dos serviços.

DA ESCOLHA DA MARCA DE REFERÊNCIA

Não se aplica

DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO:

Além dos requisitos previstos nos art. 27 a 31 da Lei nº 8.666/93, também são condições necessárias os seguintes tópicos: Estar habilitado no SICAF, conforme Decretos nº 3.722/01 e 4.485/02, ou atender a todas as condições exigidas para habilitação no SICAF, até o terceiro dia útil anterior à data do recebimento das propostas. Parte da habilitação do licitante vencedor será verificada “on line” no SICAF que deverá ter sua habilitação parcial e obrigatória válida, bem como os índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) superiores a 01 (um inteiro), após a análise e julgamento da proposta de preços. O licitante que apresentar a Situação Financeira da Empresa com resultado igual a ou menor que 01 (um), em qualquer dos índices contábeis, deverá comprovar, por intermédio de registro na Junta Comercial ou do último balanço publicado na forma da Lei, que possui Patrimônio Líquido ou Capital Social Mínimo igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor total estimado desta licitação. Ao licitante regularmente cadastrado no SICAF, é assegurado o direito de apresentar a documentação atualizada para a regularização até o término da sessão. O HFA poderá utilizar os sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões, para comprovação da regularidade do licitante.

Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no Edital e seus Anexos. Em nenhum caso será concedido prazo para apresentação de documentos de habilitação que não forem enviados em tempo hábil. A falta material de quaisquer documentos implicará a inabilitação do licitante. A apresentação de declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação sujeitará o licitante às sanções previstas no Edital. Observa-se que as sanções previstas no edital não prejudicará outras penalidades legais que se fizerem cabíveis. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo do Edital e seus Anexos, o Pregoeiro considerará o proponente inabilitado. Para as microempresas e empresas de pequeno porte a comprovação de regularidade fiscal será exigida para efeito de contratação e adjudicação. Caso haja alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal será assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa. A não-regularização da documentação, no prazo previsto anteriormente, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação. A documentação necessária à habilitação dos proponentes nesta licitação será entregue em envelope específico, devidamente fechado e rubricado no fecho.

Os documentos deverão, ainda, ser apresentados com todas as suas folhas numeradas, em forma sequencial crescente, iniciando-se em 001, referindo-se as letras e números dos itens desta parte do edital (HABILITAÇÃO). A apresentação dos documentos originais ou cópias autenticadas se dará para efeito de adjudicação, considerando a especificidade do pregão eletrônico. Com relação aos documentos: Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação e Declaração, em cumprimento ao Decreto nº 4.358/02, de não utilização de mão-de-obra infantil está disponibilizado, desde 15 de janeiro de 2008, no Sistema de Pregão Eletrônico o envio destas declarações de forma virtual, ou seja, o fornecedor, no momento da elaboração e envio de proposta, também enviará as referidas declarações, as quais somente serão visualizadas pelo pregoeiro na fase de habilitação, quando poderão ser alteradas ou reenviadas pelos fornecedores. Os proponentes deverão apresentar a comprovação de licença sanitária, alvará de funcionamento, bem como o registro de responsabilidade técnica profissional devidamente registrado no respectivo conselho de classe; A responsabilidade técnica na proponente deverá ser exercidas pelos seguintes profissionais: biólogo, engenheiro agrônomo, engenheiro florestal, engenheiro químico, farmacêutico, médico veterinário e químico, conforme dispõe o art 1º 4.2 da Resolução Nº 18 da ANVISA, de 21 de julho de 2011; Declaração de vistoria emitida pela Contratante, comprovando que a licitante, através de um dos responsáveis técnicos, tomou conhecimento de todas as informações necessárias, incluindo as condições ambientais e do equipamento relativo a esta licitação.

A declaração deverá ser emitida em papel timbrado do Contratante, com a assinatura legível e matrícula do servidor; Declaração da licitante que possui e manterá no Distrito Federal, escritório e instalações apropriadas à prestação dos serviços. Dessa forma estará garantido a disponibilidade dos meios de comunicação para abertura dos chamados bem como o atendimento técnico nos prazos estabelecidos neste; A CONTRATADA deverá apresentar as certificações dos produtos utilizados, bem como seus respectivos registros na ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária); Os serviços deverão ser executados no endereço deste HFA, St. Sudoeste - Cruzeiro / Sudoeste / Octogonal, Brasília - DF, 70675-731; O prazo de entrega do serviço será estabelecido no cronograma de realização do serviço publicado em Boletim Interno deste Hospital das Forças Armadas, o qual deverá ser informada a contratada com no mínimo 10 dias de antecedência. Para serviços a serem executados em caráter emergencial, a empresa deverá ser avisada com no mínimo 2 horas de antecedência, cujo o prazo máximo para realização do serviço por parte da contratada não poderá ser maior que 6 horas; Os serviços programados deverão ser realizados de segunda a sábado das 07h30min às 17h00min horas; Os serviços emergenciais deverão ser realizados de segunda

a domingo das 07h00min as 18h00min horas, respeitando o descrito no item 4.3.24; A empresa contratada deverá realizar visita de inspeção mensal nas áreas do Hospital das Forças Armadas, inclusive apontando a necessidade de reforço dos serviços executados; e Serão aceitos somente os serviços realizados por funcionários da contratada, estes devem estar treinados e capacitados para execução do serviço.

5. Levantamento de Mercado

Das soluções:

Solução 1 - Buscar atas de registro de preços disponíveis para a realização de adesão.

Solução 2 - Registrar intenção de registro de preços junto a outro órgão, na condição de participante.

Solução 3 - Realizar licitação própria.

Da análise:

Solução 1 - Não foi encontrada ata de registro de preços disponível para a realização de adesão.

Solução 2 - Não foi encontrada intenção de registro de preços disponível para participação.

Solução 3 - É possível a realização de licitação, coordenada pela Divisão de Coordenação Administrativa e Financeira - DCAF, Subdivisão de Aquisições, Licitações e Contratos -SDALC e seus subordinados.

Da conclusão:

Com o exposto, diante da impossibilidade de adesão ou participação, esta equipe conclui que deve-se realizar licitação própria, nos termos da Solução 3.

6. Descrição da solução como um todo

A aquisição de serviço de controle de pragas urbanas nas áreas internas e externas adjacentes às edificações do HFA por licitação própria se torna necessária, tendo em vista que atenderá as especificações necessárias para o controle de vetores e pragas, mantendo o ambiente hospitalar em condições necessárias para o controle de possíveis vetores de disseminação de infecções hospitalares.

O objeto desta contratação é caracterizado de natureza comum.

A necessidade foi demonstrada no item 2 do presente Estudo Técnico Preliminar - ETP.

Os requisitos da contratação foram elencados no item 4 do presente ETP.

Foram analisadas as possíveis soluções no item 5 do presente ETP.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	CÓDIGO CATSERV	QTDE (m²)	UNID MED	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01	Serviço de desinsetização, desratização e descupinização com 01 (uma) aplicação trimestral de 51.644,54 metros quadrados, totalizando 04 aplicações anuais, resultando em 206.572,16 metros quadrados anuais	3417	206.579	Mês	R\$ 0,33 m²	R\$ 68.171,07

Os pagamentos serão realizados a medida que forem geradas as notas fiscais oriundas da execução dos serviços de aplicação trimestral.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 68.171,07

R\$ 68.171,07 (sessenta e oito mil e cento e setenta e um reais e sete centavos)

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O processo será composto por um único item.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratações correlatas e/ou interdependentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 Necessidade em realizar o controle de pragas e vetores urbanos para bom andamento das atividades a que se destina o HFA. Portanto um ambiente controlado, tem impacto direto e qualitativo na prestação de serviço de saúde de qualidade aos usuários deste hospital.

11.2 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

I- ID PCA no PNCP: 03277610000125-0-000001/2026

II- Data de publicação no PNCP: 01/04/2025

III- Id dos itens no PCA: 114

IV- Classe/Grupo: Serviço

V- Identificador da Futura Contratação: 112408/0001

2.3 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

2.4 A despesa tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Com a contratação da empresa especializada no serviço de combate a vetores e pragas urbanas, pretende-se controlar a população destes no ambiente hospitalar, evitando-se a proliferação destas populações e por consequência o apoio no controle de infecções hospitalares.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Não se faz necessária nenhuma adequação.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Considerando a natureza do ambiente hospitalar, que exige rigorosos padrões de saúde, segurança e sustentabilidade, bem como a intrínseca característica da atividade de dedetização (controle de pragas), que envolve a utilização de substâncias químicas potencialmente poluidoras, torna-se imperativo o estabelecimento de critérios ambientais robustos para a contratação deste serviço.

A execução de serviços de dedetização pode gerar os seguintes potenciais impactos ambientais:

- **Contaminação do solo e da água:** Por descarte inadequado de produtos ou resíduos, ou por escoamento superficial.
- **Contaminação atmosférica:** Pela liberação de substâncias voláteis durante e após a aplicação dos produtos.
- **Riscos à saúde humana:** Devido à exposição a agentes químicos, especialmente em um ambiente sensível como o hospitalar, com pacientes, equipe e visitantes.
- **Impacto na biodiversidade:** Afetando organismos não-alvo, se não forem adotadas práticas controladas.
- **Geração de resíduos perigosos:** Embalagens vazias ou com resíduos de produtos químicos, equipamentos de proteção individual (EPIs) contaminados, e outros materiais que requerem descarte específico.

Em atenção às diretrizes da Instrução Normativa (IN) nº 13/2021, que dispõe sobre os procedimentos para a contratação de obras, bens e serviços pela Administração Pública Federal com critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica, e visando à mitigação dos riscos ambientais e à promoção da sustentabilidade, a Contratada deverá atender aos seguintes requisitos e comprovações:

1. **Registro e Regularidade no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP):** A Contratada deverá comprovar sua regularidade de inscrição no CTF/APP, mantido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), conforme previsto na Lei nº 6.938/81 e regulamentações pertinentes. A atividade de controle de pragas é classificada como potencialmente poluidora e, portanto, sua inscrição e certificação de regularidade são mandatórias e indispensáveis para a habilitação e execução do contrato.
2. **Licenciamento Ambiental e Sanitário:** A Contratada deverá apresentar as licenças ambientais e sanitárias pertinentes emitidas pelos órgãos competentes (municipal, estadual e/ou federal, incluindo a Vigilância Sanitária), que atestem sua aptidão para o exercício da atividade de dedetização, bem como a conformidade de suas operações com a legislação vigente.
3. **Plano de Gerenciamento de Resíduos:** A Contratada deverá apresentar um plano detalhado de gerenciamento dos resíduos sólidos gerados durante a prestação do serviço (embalagens de produtos, resíduos de aplicação, EPIs, etc.), contemplando a segregação, acondicionamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final ambientalmente adequada, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e demais normas aplicáveis.
4. **Produtos e Métodos Sustentáveis:** Priorizar a utilização de produtos de menor toxicidade, registrados e aprovados pelos órgãos competentes (ANVISA, IBAMA, Ministério da Agricultura), e que possuam menor impacto ambiental e à saúde humana.
5. **Profissionais Qualificados:** A equipe técnica responsável pela aplicação deverá ser devidamente treinada, capacitada e possuir as habilitações exigidas para o manuseio e aplicação segura dos produtos, bem como para a adoção de boas práticas ambientais e de segurança do trabalho.
6. **Medidas de Mitigação e Controle:** A Contratada deverá detalhar as medidas que serão adotadas para minimizar os impactos ambientais e os riscos à saúde durante a execução do serviço, incluindo a proteção de áreas adjacentes, ventilação adequada, sinalização, e, se aplicável, plano de contingência para eventuais acidentes ou derramamentos.

O cumprimento integral destes requisitos será considerado como critério essencial de sustentabilidade e será objeto de verificação e fiscalização durante toda a vigência contratual.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A presente aquisição é imprescindível, mostrando-se viável por se tratar de aquisição anual serviço de controle de vetores e pragas urbanas no âmbito do Hospital das Forças Armadas, cuja ausência poderá colocar em risco as atividades laborativas de militares e servidores do hospital, bem como afetar diretamente nas condições necessárias para execução das atividades diagnósticas e terapêuticas de pacientes e acompanhantes.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Gestora de contrato

LARISSA CAROLINE CORDEIRO DE ANDRADE

Chefe



Assinou eletronicamente em 22/01/2026 às 11:03:00.

Despacho: Fiscal técnico

MARIA FERNANDA DAVID CEZE

Chefe



Assinou eletronicamente em 22/01/2026 às 10:57:01.

Despacho: Técnico administrativo

MERCIA TAYANE PEREIRA DOS SANTOS DE OLIVEIRA

Chefe



Assinou eletronicamente em 22/01/2026 às 11:01:35.